

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-SC-AS).**
2 Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta
3 minutos, de forma híbrida (presencial e por videoconferência), no município de Rio do Sul,
4 realizou-se a oitava Reunião Plenária Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da
5 Assistência Social (CIB AS SC) do ano de 2021. Foram convidados para compor a mesa os
6 representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS): o Coordenador da
7 CIB AS SC, Secretário Estadual do Desenvolvimento Social, Claudinei Marques; o Secretário
8 Adjunto de Desenvolvimento Social, Sr. Daniel Netto Cândido; a Diretora de Assistência Social,
9 Sra. Luciane dos Passos; a Diretora de Direitos Humanos, Sra. Larissa Barreira; a Gerente de
10 Proteção Social Básica, Sra. Maristela dos Santos; a Gerente de Planejamento e Avaliação, Sra.
11 Renata Roseli Sagas. Representantes do Coegemas: Secretária Municipal de Assistência Social
12 de Joinville, Sra. Fabiana Cardoso; Secretária Municipal de Assistência Social de Joaçaba,
13 Sandra Pinheiro; Secretário Municipal de Assistência Social de Lages, Sr. Jean-Pierre Ezequiel;
14 Secretária Municipal de Assistência Social de São Carlos, Sra. Glacy Pacheco Dullius; Secretária
15 Municipal de Assistência Social de Biguaçu, Ana Cristina Espíndola. As representantes do
16 Conselho Estadual de Assistência Social: Vice-presidente Sra. Norma Suely de Souza Carvalho
17 e a Conselheira Governamental Sabrina Mores. Na sequência foi passado a palavra para as
18 considerações iniciais ao Coordenador da CIB AS SC, Secretário Claudinei Marques, que deseja
19 boa tarde a todos(as), cumprimenta representantes da mesa, reforça que esta é a última CIB AS
20 SC do ano de 2021 e que tem grande importância para a Política de Assistência Social. Cita que
21 tem levado as demandas para o governo do estado e avançado. Enfatiza sua luta em relação a
22 questão do cofinanciamento estadual, para que se mantenha o valor no próximo ano ou aumente
23 esse valor, tendo em vista que o cofinanciamento federal tem deixado a desejar. Por fim, deseja
24 uma boa reunião a todos. Seguindo a reunião, foi passada a palavra ao representante do
25 Coegemas, Secretário Municipal de Assistência Social de Lages Jean Pierre, para suas
26 considerações iniciais. O Sr. Jean Pierre deseja boa tarde à todos, cumprimenta os membros da
27 mesa e saúda a construção conjunta da Política de Assistência Social diante de pautas tão
28 importantes, onde o mais afetado é o usuário da ponta e deseja boa reunião. Prosseguindo foi
29 passada a palavra para a Coordenadora Técnica, Sra. Luciane dos Passos, para considerações
30 iniciais e leitura do edital. Sra. Luciane deseja boa tarde à todos (as), cumprimenta os/as
31 participantes, deseja uma reunião produtiva especialmente para aqueles que necessitam da
32 Política de Assistência Social, que são os usuários e lê o edital. **1º. Verificação da presença e**
33 **da existência de quórum:** confirmado; **2º. Apreciação e aprovação da ata da Reunião**
34 **Plenária anterior:** Sra. Luciane informa que as alterações solicitadas para a ata da penúltima
35 reunião foram feitas. Sem apontamentos apresentados, a ata da 7ª reunião plenária é aprovada.
36 **3º Apresentação, apreciação e aprovação da pauta:** São lidos os pontos de pauta: **4. Matéria**
37 **de Pactuação:** Calendário Reuniões COEGEMAS e CIB 2022. **5. Matéria de Discussão:** Saldo
38 Remanescente - Auxílio Emergencial SC Mais Renda; Piso do Cofinanciamento Estadual;
39 Apresentação da Nota Conjunta DIAS e INSS **6. Informes.** Luciane pontua que os informes foram
40 enviados anteriormente por escrito e questiona aos representantes do COEGEMAS se há
41 inclusão de pauta. O Secretário Jean Pierre apresenta que foi acordado na reunião do Coegemas
42 a solicitação dos pontos de pauta a respeito dos Planos de Assistência Social Municipais e o
43 retorno sobre a revisão da Resolução nº 04 do CEAS, sobre os Benefícios Eventuais. Sra.
44 Maristela, Gerente de Proteção Social Básica, solicita dar um informe sobre o Acessuas Trabalho.

45 Sra. Luciane coloca as solicitações para aprovação da mesa e esta aprova. Iniciando os pontos
46 de pauta, passou-se ao item: **Calendário das reuniões CIB AS SC 2022**: O Secretário Jean
47 Pierre informa que as reuniões do Coegemas serão mensais e contemplarão a maioria das
48 regiões. Solicita que o Estado custeie os recursos tecnológicos dos encontros em relação à
49 transmissão. A Secretária Fabiana repassa o calendário e locais combinados na reunião do
50 COEGEMAS pela manhã. O Secretário Claudinei aponta que as reuniões do COEGEMAS podem
51 acontecer dessa forma, pois não influencia diretamente na CIB, mas que tem a intenção de que
52 as reuniões da CIB aconteçam a cada dois meses em 2022 devido ao custo, à distância, e ao
53 fato de reuniões mensais não possibilitarem que se tenham as respostas entre uma reunião e
54 outra e respeitando o regimento interno da CIB. Aponta que possa ser possível que o estado
55 viabilize o custeio da transmissão das reuniões se forem reuniões bimestrais e que quando for
56 necessário poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. A Sra. Luciane retoma o acordado
57 de que a cada pauta deve-se abrir fala para dois participantes. A Sra. Sabrina informa que as
58 reuniões da CIB têm ocorrido de forma mensal desde 2020 devido aos recursos extraordinários
59 em função da pandemia. Sra. Luciane retoma que o Pacto de Aprimoramento do governo federal
60 obrigou a realização de oito reuniões, mas o Regimento Interno da CIB ASSC prevê seis
61 reuniões. A Secretária Fabiana reforça que as reuniões do COEGEMAS continuarão sendo
62 mensais, conforme acordado em reunião do realizada pela manhã e enfatiza a possibilidade de
63 haver reuniões extraordinárias da CIB AS SC, caso seja necessário. O Secretário Claudinei
64 sugere que as reuniões extraordinárias sejam em Florianópolis devido ao custo. Como
65 encaminhamento ficou definido que as reuniões do COEGEMAS serão mensais, as reuniões da
66 CIB AS SC bimestrais e, se necessário, haverá reuniões extraordinárias seguindo a programação
67 do Coegemas e em seguida repassado o calendário de reuniões. Desta forma as reuniões da
68 CIB acontecerão: dia 17 de fevereiro, as 13:30 hrs na AMUNESC em Araquari; dia 24 de março,
69 as 13:30 hrs, na AMARP; dia 19 de maio as 13:30 hrs na AMVE; dia 21 de julho as 13:30 hrs na
70 AMURES em Lages; dia 22 de setembro as 13:30 hrs na AMFRI em Bombinhas; dia 17 de
71 novembro as 13:30 hrs na GRANFPOLIS, em Santo Amaro da Imperatriz. O Secretário Claudinei
72 se compromete a até dia 20 de dezembro dar um retorno em relação ao custeio do estado para
73 as reuniões. Na sequência o item de pauta: **Saldo remanescente do Auxílio Emergencial SC**
74 **Mais Renda**. Em relação a este item o Coordenador da CIB, Secretário Claudinei, afirma que
75 ainda tem muitas pessoas aguardando retorno dos recursos para recebimento do auxílio
76 emergencial e que o Governo ainda pode estender esse auxílio por mais tempo. Sendo assim,
77 ainda não tem uma resposta sobre a utilização dos recursos financeiros e acredita que terá uma
78 posição do governo até o final de dezembro. O Secretário Adjunto da SDS, Sr. Daniel informa
79 que estão sendo realizadas reuniões semanais sobre o auxílio SC Mais Renda e solicita aos
80 municípios que não estão encontrando os beneficiários que façam uma força tarefa, e que podem
81 entrar em contato com a SDS para encontrar o endereço correto. A Secretária Fabiana enfatiza
82 a necessidade de que o recurso do SC Mais Renda permaneça no Fundo Estadual de Assistência
83 Social devido a possível quarta onda de COVID-19. O Sr. Claudinei reforça que o valor não está
84 na SDS SC, e sim o orçamento, mas se compromete a levar a demanda ao Governador do
85 Estado. A Sra. Fabiana reforça que membros do COEGEMAS se colocaram a disposição para
86 fazer a sensibilização junto ao governador e questiona se o Secretário Claudinei conseguiu esta
87 agenda. O Secretário Claudinei por sua vez informa que já solicitou reunião, mas ainda não
88 obteve resposta. A Secretária Fabiana reforça a importância dessa reunião acontecer antes da

89 virada do ano e o Secretário Claudinei se compromete a tentar agendar antes do dia 15 de
90 dezembro. Passando ao item **Piso do cofinanciamento estadual**: a Sra. Luciane elucida que
91 esta pauta é um questionamento recorrente dos municípios e passa a palavra para o Gerente de
92 Gestão do FEAS para que apresente o estudo elaborado até o momento sobre o cofinanciamento
93 estadual e o retorno sobre os questionários encaminhados aos municípios. O Sr. Antônio deseja
94 boa tarde à todos(as) e faz sua apresentação por meio de slides sobre o estudo elaborado até o
95 momento em relação ao cofinanciamento estadual. Em seguida aponta que os dados obtidos nos
96 questionários estavam muito discrepantes e por isso não foi possível ter um valor médio, exibindo
97 tabela de excel com valores para ilustrar. A Sra. Luciane destaca partes da apresentação,
98 indicando que municípios de Pequeno Porte I (234 municípios) receberiam R\$ 6 mil ao mês,
99 Pequeno Porte II R\$ 8.400 e Médio Porte e Grande Porte R\$ 12 mil, todos sem os adicionais, no
100 estudo atual. No total, ficariam R\$ 16 milhões para a Proteção Social Básica e R\$ 322 mil para
101 os CREAS, valor mensal, sem adicionais. Informa que a respeito dos adicionais ainda precisam
102 estudar quais municípios têm, e indica que quando houver o piso de cofinanciamento pactuado,
103 o município não poderá optar, será pactuado em blocos. Diz que a discussão é ainda complexa,
104 deve ser gradativa, e após fecharem esse estudo enquanto estado, também será dialogado com
105 os municípios. Informa ainda que foi utilizado como base a Resolução do Governo Federal para
106 não prejudicar nenhum município. O Secretário Jean Pierre pede que a proposta vá a Câmara
107 Técnica para que possam fazer uma avaliação, considerando precipitado decidir algo nessa
108 reunião. A Sra. Maria Eunice, coordenadora da Câmara Técnica da CIB, diz que teriam de ter
109 dado o retorno da análise antes, identificado a discrepância conjuntamente com a Câmara
110 Técnica. Aponta que os municípios só podem decidir após terem a informação e salienta a
111 importância da atuação da Câmara Técnica da CIB. Sra. Luciane pontua que foi solicitado pelos
112 municípios que o estado trouxesse o que vêm estudando, e assim está sendo feito, até em
113 respeito aos colegas que vêm fazendo os estudos desde 2017, mas em nenhum momento foi a
114 intenção do estado pactuar nessa reunião, pois é preciso dialogar com os municípios, por meio
115 da Câmara Técnica. Informa que vão disponibilizar a planilha para os integrantes da Câmara
116 Técnica fazerem o estudo. A Secretária Maria Eunice diz que a CIB AS SC que encaminha as
117 questões para a Câmara Técnica e que estavam aguardando, pontua que o intuito tanto do
118 estado quanto dos municípios é o mesmo, de avançar na política. Aponta que foi pauta da reunião
119 do COEGEMAS rever a composição da Câmara Técnica, pois deveriam ser seis do estado e seis
120 municipais, mas há apenas um representante do estado presente. Sra. Luciane diz que já fizeram
121 este levantamento de novos representantes para a Câmara Técnica, mas por ser esta a última
122 reunião do ano ficou definido aguardar e verificar se o Coegemas teria também alterações, para
123 não publicar duplamente. Diz que ficaram em dúvida se gestores podem ser representantes na
124 Câmara Técnica. Sra. Maria Eunice explica ser possível caso o gestor for técnico, mas não
125 secretário. Sra. Luciane explica que tiveram dificuldade para fechar as representações, mas
126 acredita que agora com os gerentes a DIAS terá as suas representações. A Secretária Fabiana
127 pede desculpas por ter de se ausentar e reforça a luta pelo piso de 1%, pois a Assistência Social
128 é serviço essencial. O Secretário Jean Pierre ressalta que o Secretário Daniel informou que esta
129 pauta também será discutida com o governador antes do dia 15 de dezembro. O Secretário
130 Jaime, do município de Concórdia, elogia a apresentação de Antônio, mas diz que em sua
131 concepção deveria primeiro ter sido levado à Câmara Técnica e depois apresentado na CIB, e
132 reforça o pedido de pautar com o governador o mínimo de 1% para a Assistência Social, regular

133 e automático. Sra. Luciane diz que a minuta da lei estadual do SUAS prevê o percentual mínimo,
134 mas que as análises jurídicas colocam que este percentual é inconstitucional. Refere que pela
135 lei do FEAS ainda há muito o que avançar, como o repasse de recurso regular e automático pois
136 assim os municípios podem se programar de acordo com o valor que irão receber. Ressalta que
137 o tema foi trazido para apresentar a CIB AS SC, para que a mesa da CIB encaminhasse a Câmara
138 Técnica, pois não teria como o Secretário Claudinei encaminhar para a Câmara Técnica sem a
139 apreciação prévia da mesa. Como encaminhamento: convocar a Câmara Técnica para estudar
140 o tema. Prosseguindo a Sra Luciane solicita que a Secretária Patrícia passe a compor a mesa
141 em substituição ao Secretário Jean Pierre, que precisa se ausentar. O Secretário Jean Pierre
142 ressalta a importância dos encaminhamentos e das datas aprovadas na reunião, agradece a
143 todos e pede licença para se retirar. Continuando a pauta: **Apresentação da Nota Conjunta**
144 **DIAS e INSS.** Sra. Luciane abre a pauta indicando que se trata do Transborde dos equipamentos
145 do INSS para o SUAS, pauta já discutida anteriormente. Informa que a DIAS sempre reforçou
146 junto aos municípios, para que a responsabilidade não recaia sobre os trabalhadores do SUAS.
147 Em reuniões com o INSS foi ressaltado sobre isso mais uma vez. Salienta sobre a importância
148 dos municípios encaminharem suas demandas para o email da DIAS e menciona que no mês de
149 outubro foram recebidas somente quatro demandas de municípios. O Secretário Claudinei
150 informa que participou em Brasília de reunião com a Sra. Kátia superintendente do INSS, a qual
151 o Secretário Jean Pierre também estava presente, e que os representantes do INSS se
152 mostraram bem dispostos, mas precisam que a informação chegue até eles. O Secretário Jean
153 Pierre diz que foi acordado na reunião que os municípios mandariam suas demandas e estas
154 seriam resolvidas individualmente, com a ajuda do Coegemas para ter celeridade no processo.
155 Sra. Luciane solicita que os que não receberam retorno entrem em contato com a SDS. Informa
156 ainda, que foi solicitado esclarecimentos em relação a Nota INSS e SDS e questiona se há
157 dúvidas pontuais. A Secretária Patrícia aponta que o discutido na reunião foi de que o Estado
158 faria uma apresentação dos tópicos abordados na Nota Técnica e que não foi levantado
159 questionamentos pois estes já haviam sido levantados anteriormente. Sra. Luciane diz que
160 perguntou à Secretária Executiva do COEGEMAS quais eram as dúvidas exatamente, pois
161 também o estado nunca recebeu por escrito tais dúvidas. Sra. Janice aponta que existe a Nota
162 Técnica e que o objetivo era que houvesse orientações claras sobre o que ficou acordado entre
163 INSS e municípios, validado pela SDS. Refere que ao final da Nota há as orientações finais e
164 sugere essas sejam lidas. A seu ver, essa situação ainda não está resolvida na ponta mesmo
165 após as orientações do INSS. Diz que a FECAM e outras associações orientaram os municípios
166 a não assinar o termo, pois não cabe aos municípios executar trabalho de Previdência Social. No
167 entanto, na Nota Técnica consta que o INSS pode ter Termo de Colaboração com os municípios,
168 essa decisão é da gestão municipal, e caso a gestão venha a assinar, o que precisa ficar claro é
169 que não pode ir para a Assistência Social, será necessário ter uma pessoa responsável por isso
170 na prefeitura. Questiona se há dúvidas dos municípios e aponta que é possível perguntar ao
171 INSS de cada região. Sra. Luciane agradece e relata que o tema respeito do transborde do INSS
172 tem voltado como ponto de pauta para as reuniões por solicitação dos municípios e do
173 Coegemas. Na sequência passa a palavra para o Gerente de Trabalho no SUAS, Sr. Márcio
174 Vieira Bittencourt, para que faça as orientações. Sr. Márcio diz que, entre os 10 pontos, apenas
175 o BPC e o Cadastro Único são obrigações da Assistência Social, o restante é do INSS, e o público
176 por não conseguir uma comunicação junto ao INSS acaba por recorrer às prefeituras. Isso implica

177 problemas em relação a Lei Geral de Proteção de Dados, pois para agir em nome do INSS é
178 necessária uma procuração. Não pode fazer senha em nome de terceiros, pois é privado da
179 pessoa, além de outra série de problemas, que não virão somente do INSS, mas também da
180 Receita Federal, DETRAN e outros órgãos. A seu ver, falta criar no município um atendimento
181 específico para a parte da informática e comunicação digital. Alguns municípios não possuem
182 sinal de internet ou telefone bom, e a população recorre à prefeitura, pois os órgãos competentes
183 estão afastados da população. Aponta que uma solução pode ser fazer um convênio com as
184 prefeituras, para dar o direito de utilizar o sistema e criarem um apoio técnico dentro da
185 Superintendência para auxiliar os servidores que estão orientando os munícipes. Diz que há uma
186 gama de atribuições no “Meu INSS” que precisam ser preenchidos, que são dados sigilosos,
187 consignação, e mesmo assim há um prazo para o preenchimento. Sra. Luciane dos Passos diz
188 que o exposto por Márcio foi um reforço do que já havia sido trazido em outras reuniões, assim
189 como as orientações de 1 a 10 da Nota Técnica, e por ser uma pauta já discutida diversas vezes,
190 os municípios que ainda tiverem dúvidas podem encaminhá-las para a SDS SC. Luciane
191 agradece a explanação do Márcio e reforça que se os prefeitos realizarem o Termo de
192 Cooperação que disponibilizem sala e servidores específicos. No entanto esta é uma demanda
193 da previdência social, não se pode perder de vista. A Secretária Patrícia aponta que não devemos
194 colocar como uma opção viável os municípios assinarem o Termo de Colaboração, pois mesmo
195 que não vá para a Assistência Social, outro servidor da Prefeitura terá de executar, e estando na
196 Cota de Responsabilidade Fiscal vão perder capacidade, inclusive na Assistência Social.
197 Expressa que cabe pensar em como responsabilizar o INSS, pois por mais que exista o meio
198 digital, essa forma de serviço não tem dado certo. O Secretário Jaime, do município de
199 Concórdia, reforça que também estão fechando os postos da Receita Federal e repassando
200 demandas para os municípios, e que é preciso ter cuidado com as responsabilidades que estão
201 sendo repassadas aos municípios e que estes devem ser firmes na hora de dizer não. Sra.
202 Luciane reforça a autonomia do gestor em pensar e conversar com seu Colegiado, até mesmo
203 para saber das informações sobre o que não deve assumir, já que não são demandas de
204 responsabilidade do âmbito municipal e sim federal e esclarece que não houve incentivo nesse
205 sentido por parte do governo estadual. Continuando a pauta: **Resolução nº 04/CEAS -**
206 **Benefícios Eventuais.** Sra. Luciane explica que se trata da discussão feita na última reunião do
207 CEAS em relação ao salário mínimo estipulado para o auxílio natalidade e passa a palavra para
208 a Vice Presidente do CEAS, Sra. Norma e em seguida para a Conselheira Estadual Sabrina
209 Mores. A Sra. Norma deseja boa tarde a todos e todas, informa que a Comissão de Benefícios
210 Eventuais do CEAS se reuniu mas não obtiveram quórum para deliberação, o assunto foi então
211 para o Pleno do CEAS, que deliberou por prorrogar o prazo para os municípios finalizassem as
212 alterações necessárias em suas legislações e que irão voltar com a pauta sobre a alteração da
213 Resolução para a Comissão de Benefícios Eventuais. A Conselheira Sra. Sabrina complementa,
214 informando que ambas não fazem parte da Comissão de Benefícios Eventuais, reforça que o
215 prazo foi prorrogado até dia 31 de dezembro de 2022 e que foi deliberado enviar ao Ministério
216 Público um documento consultivo em relação a legalidade do artigo em específico, pois há
217 representantes no CEAS que entendem o termo “um salário mínimo” como critério e não como
218 valor. Um(a) participante da reunião questiona como vão fazer o ajuste de leis em ano eleitoral e
219 se o CEAS irá aceitar o cofinanciamento no ano de 2022. Sra. Sabrina diz que estão pensando
220 em um prazo extenso, em 2023, por conta do ano eleitoral. Sra. Luciane diz que em relação ao

221 cofinanciamento, se preocuparam para que os municípios não se prejudicassem, por isso o prazo
222 extenso, pode ser que tenham a resposta antes e discutam novamente no Conselho, a intenção
223 foi apresentar nesta CIB para os municípios alguma resposta para que não se preocupem com
224 o prazo de 31/12/21. A Secretária Patrícia expõe o posicionamento da reunião do COEGEMAS,
225 aponta que pactuaram em CIB o prazo de 31/12/21 para que os municípios adequassem às leis
226 de Benefícios Eventuais, e com isso precisam rever e aumentar o prazo na mesma proporção
227 que o CEAS. Diz que independente da fala do CEAS, o COEGEMAS também irá procurar apoio
228 e orientações jurídicas e solicitar oficialmente que a SDS se posicione com seu olhar técnico.
229 Ressalta que há pareceres das Procuradorias Jurídicas dos Municípios que fazem essa leitura
230 jurídica e a posição é muito clara; e concorda com o encaminhamento de prorrogação. Sra.
231 Luciane reforça que o CEAS é composto pela SDS, demais órgãos do governo e pela Sociedade
232 Civil. Enquanto gestão estadual enquanto técnicos, no entanto o CEAS é um órgão autônomo,
233 por exemplo, quanto ao cofinanciamento 2022, se o CEAS não aprovasse a prorrogação dos
234 prazos não seria possível o estado repassar o cofinanciamento aos municípios. Levaram a
235 responsabilidade para o Conselho porque sabem da preocupação dos Conselheiros em fazer
236 tudo na legalidade, mas se o recurso não fosse repassado prejudicaria os usuários na ponta.
237 Essa questão referente aos Benefícios Eventuais diz respeito também ao Conselho Estadual,
238 que é um coletivo, e não apenas à gestão. Em relação a pactuação, afirma que irão fazer a
239 Resolução e em seguida enviar ao Coegemas e ao Secretário Claudinei para estender o prazo
240 até 31 de dezembro de 2022. A Conselheira Sabrina traz um questionamento do chat: "No nosso
241 município o Conselho fez parecer favorável pois entendemos que na Resolução este item era
242 uma recomendação, mas depois surgiu a informação que não era uma recomendação. O que
243 fazemos? Alteramos esse parecer agora?" A orientação foi por não se alterar o parecer, mas sim
244 aguardar a continuidade da discussão do CEAS. Próximo ponto da pauta: **Planos Municipais**
245 **de Assistência Social**. Sra. Luciane abre a pauta informando que no início da reunião que
246 receberam a solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos planos municipais e que
247 tentaram obter um retorno do Governo Federal para o mais rápido possível ter uma resposta aos
248 municípios. Relata que haviam pactuado em CIB e deliberado no CEAS pelo recebimento destes
249 planos até 15 de dezembro, no entanto os municípios solicitaram que se estenda o prazo até 28
250 de fevereiro. A Secretária Patrícia diz que para alguns municípios, por conta das demandas em
251 relação a Conferência, demonstrativo físico-financeiro e Censo SUAS a carga está muito grande,
252 além do aumento de demanda, então solicitam de que prorrogue o prazo até 28 de fevereiro.
253 Elucida que não quer dizer que os municípios que já estão em andamento não vão entregar no
254 prazo atual. Sra. Luciane diz que o Governo Federal estipulou o prazo que o PMAS deve iniciar
255 a partir de 01 de janeiro de 2022, mas se é uma solicitação dos municípios desta podem pactuar
256 o novo prazo, mas salienta que os PMAS devem ser elaborados e deliberados no início do ano.
257 Sra. Sabrina aponta que o Plano de Ação não será exigido este ano dos municípios, o
258 Demonstrativo está sendo disponibilizando agora para preenchimento, que o Plano de
259 Assistência já deveria ter sido entregue. Diz que fica comprometedor para os municípios, por
260 conta da legislação que estabelece o prazo. Os gestores municipais devem ter esse
261 comprometimento, apenas 25 municípios entregaram. Sra. Marlise, do município Chapadão do
262 Lageado, pede que o estado tenha sensibilidade na questão, pois há muita carga de trabalho
263 para o final do ano. A Secretária Patrícia diz que o Plano Municipal de Assistência Social traz um
264 diagnóstico da política de Assistência Social, então o estado terá um panorama geral com o

265 compilado dos 295 municípios e solicita que seja pactuado que o estado dê uma devolutiva, com
266 uma análise dos Planos e um panorama, para que os municípios conheçam a realidade estadual,
267 e também que já se estabeleça um prazo para a entrega desta devolutiva. Sra. Luciane informa
268 que não é possível pactuar o prazo na ocasião, pois as equipes são reduzidas, mas que terá
269 diálogo com o Secretário Claudinei para ver quais as alternativas possíveis e que podem trazer
270 uma resposta na CIB AS SC de março. Sra. Janice faz em nome dos municípios e gestores um
271 agradecimento à técnica Carolina Freitas, que saiu da SDS SC recentemente. Aponta sobre a
272 necessidade de se falar com o governador em relação a falta de recursos humanos na SDS SC,
273 com técnicas efetivas saindo com frequência e indo para outros setores, com municípios cedendo
274 técnicos para suprir a demanda estadual de profissionais. Sugere que se faça concurso públicos
275 ou processo seletivo. Sra. Luciane concorda e informa que há dois processos solicitando
276 ampliação de recursos humanos na DIAS. O Secretário Claudinei diz que enxergam a demanda,
277 informa que já existe processo na Casa Civil para contratação de profissionais de forma
278 temporária visto que não podem fazer Concurso Público em 2022 por conta da Lei nº 173.
279 **Informes.** Sra. Maristela, Gerente de Proteção Social Básica, informa que o governo federal
280 prorrogou o Programa Acessuas Trabalho, por isso foi cancelado o apoio técnico que ia
281 acontecer. Informa que enviou por e-mail a Resolução nº 49 aos 63 municípios que fizeram o
282 aceite. Sra. Luciane informa sobre a live a ser realizada pela SDS dia 06 de dezembro às 14h
283 sobre Abordagem Social, Consultórios de rua e suas interlocuções. Informa também que o estado
284 abriu processo seletivo para contratação e composição da equipe do PETI - Programa de
285 Erradicação do Trabalho Infantil, vagas para sociólogo e pedagogo, e que mais informações
286 podem ser encontradas no site da SDS. **Encerramento.** Sra. Luciane passa a palavra para a
287 Secretária Patrícia para suas considerações finais: a mesma agradece ao COEGEMAS pela
288 garra, pelas boas discussões, união e clareza de objetivo. Saúda o espaço de pactuação e diz
289 que os gestores e técnicos municipais também são cobrados na ponta e por isso trazem os
290 debates e que a força dos 295 municípios na hora de conversar com o governador faz muita
291 diferença. Retoma a necessidade de contratação de recursos humanos para a SDS SC. O
292 Secretário Adjunto Daniel agradece a todos os presentes, diz que em fevereiro do corrente ano,
293 quando chegaram na Secretaria foi um desafio enorme, era um ambiente estranho, erraram e
294 acertaram, mas o importante é que conseguiram fazer algo bom pela política de Assistência
295 Social, mas ainda tem muito a avançar. Diz que a Assistência Social ainda é negligenciada pelos
296 gestores, e enquanto Secretários tentam mostrar a importância dessa política. Agradece a
297 experiência de ter se aprofundado em assistência social que era um tema que tinha pouco
298 conhecimento. Deseja um ótimo final de ano a todos e todas. O Secretário Jaime, de Concórdia,
299 agradece em nome do Coegemas a equipe que organizou o evento. Sra. Luciane passa a palavra
300 para o Secretário Claudinei para que encerre a reunião. O Secretário Claudinei diz que foi
301 contemplado pela fala do Secretário Daniel, que há diferenças, mas elas se resolvem com o
302 objetivo de atender o usuário na ponta. Reafirma que irão levar as reivindicações para o
303 governador em dezembro e ressalta a luta pela assistência social. Deseja um bom final de ano a
304 todos, coloca a SDS à disposição e agradece a equipe. Nada mais havendo a tratar, eu Maíra
305 Ribeiro Melo – Secretária Executiva da CIB AS SC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-
306 se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB AS SC.